

Resumo do Projecto EU Kids Online: Relatório Final

Sonia Livingstone e Leslie Haddon
Coordenadores, EU Kids Online
London School of Economics and Political Science
Junho 2009
www.eukidsonline.net

Introdução

- Com 75% das crianças europeias a usar a internet, há quem celebre a sua aptidão precoce e quem se preocupe com a sua vulnerabilidade face a novas formas prejudiciais. Políticas públicas que equilibrem os objectivos de maximizar oportunidades e minimizar riscos requerem contudo uma abordagem sustentada em factos.
- Financiada pelo Programa *Safer Internet Plus*, da Comissão Europeia, a rede temática *EU Kids Online* (2006-2009) teve como objectivo identificar, comparar e tirar conclusões das pesquisas, efectuadas e a decorrer na Europa, sobre crianças e novas tecnologias.
- A selecção de equipas de investigação de 21 países visou reunir pesquisas sobre temáticas e países diversos: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia.
- A rede adoptou uma grelha analítica que dividiu a área de pesquisa em níveis de análise individual (focados na criança) e nacional (macro sociais). Tal foi feito pela construção e verificação de questões e hipóteses de investigação com relevância na definição de políticas públicas. As comparações a nível individual e a nível nacional foram contextualizadas em relação a estruturas mais amplas da vida das crianças.

Objectivos do Projecto

- Identificar e avaliar o uso da internet por crianças, evidenciando lacunas na pesquisa realizada.
- Analisar contextos que afectam a agenda de investigação e identificar boas práticas metodológicas de pesquisa.
- Comparar resultados em toda a Europa, contextualizando semelhanças e diferenças.
- Desenvolver recomendações sustentadas em factos para políticas de acção que promovam um uso mais seguro da internet.

A base de trabalho¹

- A rede construiu uma Base de Dados reunindo estudos empíricos europeus com um limiar de qualidade. A Base, acessível ao público e totalmente pesquisável, apresenta em detalhe 390 estudos.
- Como se vê na Figura 1, os estudos distribuem-se de modo irregular, com mais pesquisa na Alemanha, no Reino Unido e na Dinamarca, e menos no Chipre, Bulgária, Polónia, Islândia, Eslovénia e Irlanda.



Figura 1: Número de pesquisas, por país (multicodificado)

¹ Staksrud, E., Livingstone, S., Haddon, L., and Ólafsson, K. (2008) *What do we know about children's use of online technologies? 2nd ed*, Londres: LSE. Pode ser consultado em www.eukidsonline.net, tal como os relatórios sobre as pesquisas por país.

- Apesar da forte pesquisa sobre acessos e usos da internet, o conhecimento existente revela muitas lacunas, especialmente em relação a certos tipos de riscos que envolvem crianças mais novas e no que se refere às novas plataformas móveis.

Classificando oportunidades e riscos no uso da internet por crianças

- Para analisar os resultados disponíveis, classificaram-se as oportunidades e riscos do uso da internet por crianças de acordo com o papel destas na comunicação virtual, e com a substância dos temas ou valores debatidos em políticas públicas (Tabela 1).
- Apesar de se reconhecer as dificuldades das definições e as suas sobreposições, ficou claro que existem mais pesquisas sobre acesso e uso do que sobre riscos *online*, sendo este um tema abordado apenas em um terço dos estudos.
- Poucos estudos incluem questões parentais, havendo mais trabalhos sobre esta temática nos países onde existe uma boa quantidade de estudos do que naqueles com pouca pesquisa.
- A investigação sobre riscos *online* para crianças divide-se de forma equilibrada entre riscos relativos a conteúdos, a contactos e a condutas, apesar de poucos estudos examinarem riscos quanto ao acesso por crianças mais novas.

		Conteúdo: A criança como receptor	Contacto: A criança como participante	Conduta: A criança como actor
OPORTUNIDADES	Aprendizagens Educativas e literacia digital	Recursos Educacionais	Contacto com outros que partilham os mesmos interesses	Auto-iniciativa ou aprendizagem colaborativa
	Participação e envolvimento cívico	Informação Global	Troca entre grupos de interesse	Formas concretas de participação cívica
	Criatividade e auto-expressão	Diversidade de recursos	Ser convidado/inspirado a criar ou a participar	Criação de conteúdo gerado pelo utilizador
	Identidade e relações sociais	Conselhos (pessoais/saúde/sexual, etc.)	Redes sociais, partilha de experiências com outros	Expressão de identidade
	Comerciais	Publicidade, publicidade não solicitada (spam), patrocínios	Dar/Recolher informação pessoal	Jogo, acessos ilegais e pirataria
RISCOS	Agressividade	Conteúdo violento/discriminatório	Ser intimidado, molestado ou perseguido	Intimidar ou molestar outros
	Sexuais	Conteúdo pornográfico/sexualmente malicioso	Contacto com desconhecidos, ser aliciado	Criar/Inserir material pornográfico
	Valores negativos	Informação/aconselhamento racista, tendenciosa (por ex. drogas)	Auto-mutilação, persuasão indesejada	Difundir conselhos, por ex. suicídio/pro-anorexia

Tabela 1: Classificação das oportunidades e riscos da realidade virtual em crianças

Contextos de Pesquisa²

- Diversos factores sociais e políticos também afectam a pesquisa, incluindo-se aqui os investimentos nacionais da difusão e uso da internet, os esforços para promover o seu uso nas escolas e as respostas geradas em reacção a preocupações públicas. Nalguns países, em especial naqueles que começaram a aceder à Internet mais recentemente, a Comissão Europeia (CE) estabeleceu uma agenda de pesquisa sobre crianças e internet, seguida por vezes mais devagar pelos governos nacionais.
- Por toda a Europa, o número de universidades por país, correlacionado ele mesmo com a dimensão populacional, é um indicador razoável, mas não suficiente, para prever o número de pesquisas sobre o uso da internet por crianças. A pesquisa encontra-se mais estabelecida em países que obtiveram um acesso generalizado à internet há mais tempo.

² Stald, G. and Haddon, L. (2008) *Cross-cultural contexts of research: factors influencing the study of children and the internet in Europe*, Londres: LSE, que pode ser consultado em www.eukidsonline.net, juntamente com relatórios sobre a pesquisa, por país.

- Em toda a Europa, não existe uma relação linear nem sistemática entre fontes de financiamento, por um lado, e a quantidade e tipo de estudos conduzidos, por outro. Contudo, os baixos níveis de pesquisa nalguns países reflectem a sua dependência do financiamento público. Na maioria dos países, governos e indústrias são os principais financiadores das pesquisas: cerca de metade do que financiam vai para pesquisas que incluem questões sobre riscos, e por isso, proporcionalmente, financiam grande parte das pesquisas sobre este tema. Instituições de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais, Instituições Reguladoras, Fundações e a Comissão Europeia financiam bem menos estudos, apesar de estes abordarem recorrentemente o risco.
- Em países com um nível mais elevado de uso da internet por crianças, a cobertura feita pelos meios de comunicação social tem um papel fundamental na definição da agenda de pesquisa, relativamente a temas sobre consciencialização e segurança. A maioria da cobertura mediática sobre crianças e internet incide muito mais nos riscos do que nas oportunidades: quase dois terços de todas as notícias referiam-se a riscos, e menos de um quinto referia-se a oportunidades.

Principais resultados das pesquisas

- O uso da internet por crianças continua a aumentar e pelo menos o mesmo número de pais também a está a utilizar. Desigualdades de género parecem estar a desaparecer mas persistem desigualdades socioeconómicas na maioria dos países.
- A ordenação dos riscos *online* experienciados é semelhante em todos os países europeus, com a transmissão de informação pessoal a surgir como o comportamento de risco mais recorrente; o encontro real com um contacto conhecido através da internet é muito menos comum, mas permanece como o risco mais perigoso.
- Crianças oriundas de famílias com baixo estatuto social estão mais expostas a riscos *online*. É mais provável que os rapazes encontrem (ou criem) condutas de risco, enquanto as raparigas são mais afectadas por riscos relativamente a conteúdos e a contactos.
- Existe uma correlação positiva entre uso e risco: países do Norte da Europa tendem a ser “alto uso, alto risco”; países do Sul da Europa tendem a ser “baixo uso, baixo risco”; países do Leste da Europa tendem a ser “novo uso, novo risco”.

Mudanças no perfil da criança *online*³

- Estudos do Eurobarómetro de 2005 e 2008, realizados pelo Programa *Safer Internet* revelam que o uso da internet pelas crianças continua a aumentar. Em 2005, 70% das crianças entre os 6 e 17 anos na Europa dos 25 usavam a Internet. Em 2008, esta percentagem subiu para uma média de 75%, apesar de o uso entre os adolescentes ter crescido pouco ou mesmo nada. O maior aumento de uso aconteceu entre as crianças mais novas: em 2008, 60% das crianças entre os 6 e os 10 anos eram utilizadoras da internet. Contudo, a maior parte da pesquisa disponível tem como foco os adolescentes e não as crianças mais novas.
- Os maiores aumentos no uso da internet ocorreram nos países de entrada recente na União Europeia, do Centro e do Leste da Europa. Por outras palavras, países que registavam um baixo uso da internet em 2005 são os que mais viram crescer o seu uso nos últimos anos, em parte porque muitos dos outros países já estavam perto da “saturação”. Apesar disso, a maioria das pesquisas disponíveis foca-se mais sobre países onde o uso da internet já se encontra bem estabelecido do que em países onde este é recente.
- Embora as crianças continuem a “liderar” quanto à quantidade/qualidade do uso da internet, outra grande mudança entre 2005 e 2008 consiste na semelhança entre o número de pais e o número de filhos que usam agora a Internet, invertendo a anterior tendência onde o uso dos adolescentes ultrapassava o dos pais. Em 2008, 85% dos pais de crianças entre os 6 e 17 anos tinham utilizado a internet, um aumento significativo face a 2005, onde esta percentagem se situava em 66%. Em 2005, mais crianças navegavam na internet do que os seus pais, o

³ Hasebrink, U., Livingstone, S., Haddon, L., & Olafsson, K. (Eds.) (2009) *Comparing Children's Online Opportunities and Risks across Europe* (2nd edition). Pode ser consultado em www.eukidsonline.net, juntamente com os relatórios nacionais dos resultados obtidos em cada país.

que deixou de acontecer. De facto, na Europa dos 27, somente 9% das crianças entre os 6 e os 17 anos navegam na Internet enquanto os seus pais não o fazem.

- Há, por isso, menos provas relativamente às crianças serem os “nativos digitais”, pois os pais estão a “apanhar” os adolescentes (e já “ultrapassaram” as crianças mais novas) no uso da internet. Apenas na Estónia, Polónia, Eslovénia, Malta, Hungria, Lituânia, Eslováquia, Portugal e Roménia existem (ligeiramente) mais crianças a usar a internet do que os seus pais – todos países onde o uso da internet chegou mais recentemente.
- A análise do uso da internet feita por idades mostra que aquele aumenta com a idade da criança, estabilizando num determinado patamar a partir dos 10-11 anos. Em 2005, este nível não era alcançado antes dos 12-13 anos. Na maioria dos países, desigualdades de género há muito existentes podem estar a desaparecer, apesar de persistirem desigualdades socioeconómicas. Como a maioria da pesquisa, em especial a não académica, é quantitativa, pode-se mais facilmente conhecer a frequência e a distribuição das actividades das crianças no conjunto da população do que entender, de modo contextualizado, as suas experiências ou perspectivas pessoais.
- Existe um corpo substancial de dados quanto ao uso da internet por crianças, seguido dos seus interesses e actividades online. Em todos os países, poucos estudos consideram a sua aprendizagem, habilidades, frustrações, estratégias de busca de informação *online*, actividades criativas, participação cívica ou o modo como lidam e seguem práticas de segurança. De momento, existem poucos dados que permitam estabelecer comparações entre os vários países europeus relativamente ao modo como as crianças vivem as oportunidades *online*.

Comparando riscos *online*

- Em toda a Europa, apesar da considerável variação entre países, os resultados disponíveis sugerem que, para os adolescentes utilizadores da Internet, a ordenação dos riscos experimentados é bastante semelhante. Dar informações pessoais é o comportamento de risco mais comum, seguido pela descoberta de pornografia *online*. Vem depois o acesso a conteúdos violentos ou discriminatórios. Ser intimidado (isto é, o *cyber-bullying*) surge em quarto lugar, seguido por receber comentários sexuais indesejados, ao passo que um encontro real (*offline*) com um contacto conhecido *online* aparece como o risco menos frequente, embora provavelmente seja o mais perigoso.
- Em vários países, os dados apontam que cerca de 15 a 20% dos adolescentes utilizadores da internet já viveram um certo grau de incómodo ou de desconforto, ou foram ameaçados *online*. Isto fornece, sem dúvida, uma indicação da proporção de adolescentes afectados prejudicialmente, num certo grau, pelos riscos de utilização da internet.
- Apesar de pais com estatuto social mais elevado estarem mais preparados para proporcionar aos seus filhos o acesso à internet, do que pais com menor estatuto social, as crianças oriundas de famílias com menor estatuto parecem estar mais expostas aos riscos *online*.
- Existem também diferenças de género no risco, com os rapazes a serem mais susceptíveis de encontrar (ou de criar) riscos de conduta e as raparigas a serem mais afectadas por riscos relativos a conteúdos e a contactos.
- Por fim, os adolescentes encontram mais riscos *online* do que crianças mais novas, embora o modo como estas últimas lidam com esse risco permaneça pouco pesquisado.
- Os países foram classificados pelo grau de utilização de internet por crianças e pelo grau de risco *online*. A classificação dos países como “risco elevado” (i.e., acima da média europeia), «risco médio» (i.e., em torno da média europeia) ou «risco baixo» (i.e., abaixo da média europeia) é uma apreciação relativa com base nos resultados disponíveis nos estudos analisados. Essa apreciação sugere uma correlação positiva entre uso e riscos, onde os países da Europa do Norte tendem a ser “alto uso, risco alto”; países do Sul da Europa tendem a ser “baixo uso, baixo risco”, e países da Europa do Leste tendem a ser “novo uso, novo risco” (Tabela 2).

Tabela 2: Classificação dos países quanto ao uso da internet por crianças e risco online

Risco Online	Uso da Internet pelas crianças		
	Baixo (< 65%)	Médio (65%-85%)	Alto (> 85%)
Baixo	Chipre Itália	França Alemanha	
Médio	Grécia	Austria Bélgica Irlanda Portugal Espanha	Dinamarca Suécia
Alto		Bulgária República Checa	Estónia Islândia Holanda Noruega Polónia Eslovénia Reino Unido

Lidando com o risco

- Não há consenso sobre o que significa "lidar" com o risco virtual ou "ser resiliente" a ele, e há poucas pesquisas que tratem este tema. As reações das crianças aos riscos *online* parecem passar por um espectro alargado de respostas, entre ignorar o problema, verificar a fiabilidade do sítio virtual ou denunciá-lo *online*, comentar com um amigo ou (raramente) com um dos pais, ou ainda, nalguns casos, agravar o problema pelo reenvio a outros ou por uma resposta hostil. Estas práticas ainda não estão sistematicamente estudadas e também não foi avaliada a eficácia de cada uma destas reações.
- Em geral, as competências *online* das crianças aumentam com a idade. Incluem, na maioria dos casos, a sua habilidade em se protegerem de riscos embora, talvez surpreendentemente, isto tenha sido pouco analisado. No entanto, as competências virtuais, por si só, são difíceis de medir e existe pouca pesquisa sobre as atitudes das crianças face à internet que possa ser comparada. Por exemplo, muitas vezes os rapazes afirmam ter níveis de habilidade superiores aos das raparigas, mas isto continua a ter de ser objectivamente testado, e pouco se sabe sobre como as crianças avaliam sítios virtuais, determinam o que é confiável, lidam com o que é problemático e respondem ao que é perigoso.
- Parecem existir diferenças entre os países no modo como se lida com o risco. No que se refere à percepção da capacidade da criança em lidar com o risco virtual (como a relatada por pais de diferentes países, no Eurobarómetro de 2005), na Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, França, Alemanha e Reino Unido, os pais consideram que os seus filhos têm uma elevada capacidade de lidar com o risco, enquanto na Bulgária, Estónia, Grécia, Portugal e Espanha, os pais consideram que os seus filhos têm uma baixa capacidade para o fazer (em posições intermédias estão a República Checa, Irlanda, Polónia, Eslovénia e Suécia).

Mediação parental no uso da Internet pelas crianças

- O Eurobarómetro de 2008 revelou que os pais de crianças entre 6 e 17 anos, na UE27, estavam bastante ou muito preocupados com a possibilidade de os seus filhos verem imagens sexuais/violentas (65%), serem vítimas de aliciamento *online* (60%), obterem informações sobre auto-mutilação, suicídio ou anorexia (55%), serem intimidados por outras crianças utilizadoras da Internet (54%), isolarem-se das outras pessoas (53%) e darem informações pessoais ou privadas (47%). Um quarto dos pais preocupa-se com todos estes riscos. E preocupam-se mais com raparigas e com crianças mais novas (embora, como se viu, os rapazes e adolescentes encontrem tantos ou mais riscos *online*).
- Diferenças entre países são também evidentes, em grande medida relacionadas com o grau de difusão da internet: se num país menos crianças navegam na internet, os pais estão mais (e não menos) preocupados. Nomeadamente, em França, Portugal, Espanha e Grécia (todos países onde a utilização da Internet pelas crianças é menor), os pais estão bem mais preocupados do que os pais de países onde o uso é elevado, como a Dinamarca e a Suécia.
- Além disso, os pais que também utilizam a internet estão menos preocupados do que os que não a usam. Uma possível boa maneira de reduzir a sua ansiedade é conseguir que usem a internet, uma vez que irão aprender sobre a experiência *online* e melhorar as suas competências de regulação do uso da internet.

- Como acontece com a maioria dos meios de comunicação, internet incluída, os pais relatam diversas estratégias para regular as actividades *online* das crianças. Essas estratégias incluem, em primeiro lugar, a imposição de regras e restrições; em segundo lugar, abordagens sociais: ver, partilhar, falar sobre a internet com os filhos; em terceiro lugar, o uso de ferramentas técnicas como filtros e monitorização. Em geral, os pais preferem falar com os filhos sobre o que estes fazem *online* e ficar perto quando estão a navegar: nas crianças mais novas, porque desejam partilhar as suas experiências; nos adolescentes, por pensarem que as regras não funcionam ou não são adequadas à sua idade; em todas, porque querem confiar nos seus filhos e tratá-los com respeito. No entanto, uma parte substancial dos pais relata utilizar todas estas estratégias disponíveis.
- O Eurobarómetro de 2008 mostra que os valores culturais são relevantes. Os níveis mais baixos de preocupação e de regulação entre os pais nórdicos, utilizadores frequentes da internet, podem decorrer de atitudes mais permissivas quanto ao uso ou a uma maior confiança nos filhos. Pais na Dinamarca e Suécia indicam mediar muito menos o uso da internet pelos filhos do que os pais na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Reino Unido. Tal como fazem os pais na Estónia e na República Checa, mas aí pode reflectir um relativo desconhecimento da sua parte quanto à internet. De uma maneira geral, a análise do Eurobarómetro de 2008 sugere que pais utilizadores da Internet declaram uma maior mediação do uso da internet pelos filhos; pais que não a usam, medeiam menos.

Recomendações para políticas públicas – maximizar as oportunidades⁴

- O grau de difusão da internet influencia o acesso e uso por parte das crianças. Em países onde o acesso se generalizou, diferenças de género e de estatuto socioeconómico parecem ter vindo a diminuir. Apesar disso, essas diferenças (ou desigualdades) continuam a ser significativas, especialmente onde o acesso não pode (ainda) ser dado como garantido.
- Políticas de E-inclusão devem ter como alvo países onde o uso da internet pelas crianças seja relativamente baixo (Itália, Grécia, Chipre), incluindo também segmentos da população (nas famílias menos abastadas, os pais não usam a internet), de modo a que as restantes 25% das crianças europeias comecem a ser incluídas como utilizadores da internet.
- A fluência na língua inglesa tende a ser superior na Europa do Norte, onde tanto o uso como os riscos tendem a ser médios ou altos. É possível que um maior acesso ao conteúdo em língua inglesa aumente tanto as oportunidades como os riscos. No entanto, em línguas de pequena dimensão (como o checo, o esloveno, o grego), é provável que as oportunidades das crianças sejam reforçadas se houver uma maior oferta de conteúdos virtuais.
- Existem indicações de que a presença de um forte serviço público audiovisual ou de outros fornecedores públicos de conteúdos para crianças desempenha um papel importante no incentivo às oportunidades e na redução de riscos virtuais.
- O excessivo foco da cobertura mediática sobre os riscos *online*, e não sobre as oportunidades, pode aumentar a ansiedade dos pais face ao uso da internet pelas crianças. Dado que existe uma correlação entre os níveis nacionais da utilização da internet pelos pais e a ansiedade que sentem relativamente ao uso da internet pelos filhos, a combinação de uma baixa utilização parental com o pânico criado pelos meios de comunicação social pode exacerbar a ansiedade parental nalguns países.
- Pouco se sabe sobre os modos como a cultura de pares medeia a utilização da internet pelas crianças, embora estudos anteriores apontassem para variações entre países no equilíbrio entre família e pares à medida que as crianças vão crescendo, para os constrangimentos da amizade em culturas onde há forte restrição ao brincar na rua, e para o aumento dos quartos fortemente apetrechados de equipamentos multimédia em culturas individualizadas.
- Equilibrar a capacitação e a protecção é crucial, uma vez que aumentar o acesso e uso da internet tende a aumentar os riscos virtuais. Inversamente, as estratégias para diminuir os riscos podem restringir as oportunidades *online* das crianças, podendo assim prejudicar os seus direitos ou limitar a sua aprendizagem para lidar com um determinado grau de risco.

⁴ de Haan, J. & Livingstone, S. (2009) *EU Kids Online: Policy and Research Recommendations*. Pode ser consultado em www.eukidsonline.net

- Equilibrar estes dois objectivos opostos exige combinar regulamentação, literacia digital e melhores acessibilidades. É também importante uma disposição positiva sobre a realidade virtual: há indícios crescentes de que tal disposição, se reconhecida pelas crianças, beneficia directamente o seu desenvolvimento e reduz os riscos, pelo incentivo a actividades relevantes e valorizadas.
- Um maior uso da internet está associado a níveis mais elevados de educação, pelo que será de esperar que os progressos educativos venham a aumentar o grau de utilização e de sofisticação no seu uso. No entanto, devem ser combatidas as lacunas na provisão de TIC e a sua presença insuficiente ou desactualizada nas escolas. Do mesmo modo, a educação para os media deve ser reconhecida e trabalhada como um elemento central da estrutura e dos currículos escolares.

Recomendações para políticas públicas – Reduzir os riscos

- Há boas razões para reforçar o quadro da regulação em toda a Europa, em especial nalguns países, uma vez que grande parte das crianças está a encontrar riscos em conteúdos, contactos e condutas, e uma vez que faltam ferramentas e habilidades a muitas crianças e pais para conseguirem prevenir ou gerir essa exposição.
- Uma disposição auto-reguladora na melhoria da segurança das crianças quando navegam na internet deverá ser saudada e apoiada, embora nem sempre seja avaliada de uma maneira independente ou transparente. As crianças só podem ser apoiadas na sua gestão do ambiente virtual se este for substancialmente regulado: na aplicação da lei, acessibilidade e *design* do sítio virtual, nos métodos de busca de informação, nos prestadores de serviços e de conteúdos, nos recursos de segurança *online*, etc. Do mesmo modo, as crianças só podem ser ensinadas a atravessar estradas onde condutores e condução estejam cuidadosamente regulados.
- Quando aumenta o acesso nacional à internet, aumenta a auto-regulação por parte da indústria, incluindo o fornecimento de informações seguras pelos ISP, que vem complementar a proporcionada pelo governo e pelas ONG. O oposto também é verdadeiro: baixos níveis de auto-regulação nalguns países resultam em menos informação segura. Além disso, os países que parecem ter uma abordagem liberal à regulação estatal (Bulgária, Estónia) parecem ser de elevado risco para crianças que navegam na internet.
- Prioridades para futuras acções de sensibilização devem concentrar-se em países identificados nas pesquisas como sendo de elevado risco (Estónia, Holanda, Noruega, Polónia, Eslovénia e Reino Unido); em países que adoptaram a internet recentemente e de modo rápido, onde o acesso parece ultrapassar as competências e a adaptação cultural (Bulgária, Estónia, Grécia, Polónia, Portugal); e em países onde o uso pelas crianças ultrapassa o dos pais (Hungria, Malta, Polónia, Roménia).
- Prioridades das acções de sensibilização devem: centrar-se em crianças mais novas; trabalhar estratégias para saber lidar com os riscos após a sua exposição; abordar de diferentes modos raparigas e rapazes; e incidir em famílias, escolas e bairros menos privilegiados. As acções de sensibilização devem abranger novos riscos assim que estes surgem, especialmente em plataformas móveis e através de conteúdos e serviços partilhados.
- Políticas públicas devem ir além da divisão entre crianças vítimas e adultos transgressores. Algumas crianças cometem riscos *online*, quer o façam por maldade, brincadeira ou mero acaso; as que tendem a experienciar riscos *online* podem gerar novos riscos; as que criam riscos podem também ser vítimas; e as que são vulneráveis *online* podem ter um insuficiente apoio social no mundo real.
- Embora não se duvide de que são responsáveis pela segurança dos filhos, existem indícios de que não se pode apenas confiar nos pais para esta tarefa, visto muitos não saberem ou não poderem mediar as actividades *online* das crianças. Regras e restrições não se encaixam bem com o *ethos* da parentalidade nos dias de hoje, especialmente nalguns países, e não é claro que as estratégias parentais sejam eficazes na redução da exposição das crianças ao risco ou que aumentem a sua resistência a enfrentarem esses mesmos riscos.
- Tendo em conta o crescente ímpeto por detrás das iniciativas de literacia digital, é oportuno avaliar a sua eficácia no aumento do conhecimento crítico da criança sobre a realidade virtual. As novas exigências de ambientes tecnológicos, comercialmente complexos e cada vez mais



gerados pelos próprios utilizadores, estabelecem limites na literacia digital das crianças, sendo por isso importantes a co-regulação e a auto-regulação que apoiem essa literacia.

Recomendações para pesquisas futuras

Existem algumas lacunas significativas na investigação. As suas prioridades devem incluir:

- Crianças mais novas, em especial em relação a riscos e ao modo como lidam com eles, embora seja também importante continuar a actualizar a pesquisa sobre adolescentes;
- Novos conteúdos (em especial, a 'Web 2.0') e serviços (sobretudo se o acesso for efectuado via telemóvel, jogos ou outras plataformas);
- Compreensão do desenvolvimento das habilidades de navegação e pesquisa virtual, da interpretação do conteúdo e sua avaliação crítica por parte das crianças;
- Riscos novos e desafiadores, como a auto-mutilação, suicídio, pró-anorexia, drogas, ódio/racismo, jogos de azar, vício, pirataria e riscos comerciais (patrocínio, marketing camuflado ou viral, utilização de dados pessoais, localização por GPS);
- Respostas de crianças (e pais) ao risco *online* e como deveriam responder;
- Processos de identificação de crianças vulneráveis ou "em risco" no seio da população em geral;
- Avaliações da eficácia das soluções técnicas, da mediação parental, da literacia digital, e outras medidas de sensibilização e de segurança, tanto em termos da sua facilidade de implementação como, ainda mais importante, em termos do seu impacto na redução do risco; isto pode variar para diferentes grupos de crianças em diferentes contextos culturais.

Para fazer avançar esta agenda, e uma vez que os métodos de pesquisa sobre crianças, os ambientes da realidade virtual e a comparação entre países são tarefas exigentes, a *rede EU Kids Online* produziu dois documentos sobre metodologias - uma revisão bibliográfica e um guia de boas práticas de pesquisa, acrescido de recursos *online* que ajudem a orientar os investigadores. Estes documentos estão disponíveis em www.eukidsonline.net, juntamente com os relatórios do Projecto e outras publicações.⁵

⁵ Lobe, B., Livingstone, S., Ólafsson, K., Simões, J. (2008) *Best Practice Research Guide: How to Research Children and Online Technologies in Comparative Perspective*. Disponível para consulta em www.eukidsonline.net, juntamente com outros recursos sobre boas práticas.

País	Participantes na rede		Contacto Nacional
Alemanha	Uwe Hasebrink Claudia Lampert		Claudia Lampert; C.Lampert@hans-bredow-institut.de www.hans-bredow-institut.de
Áustria	Ingrid Paus-Hasebrink Andrea Dürager Christina Ortner	Manfred Rathmoser Christine Wijnen	Andrea Dürager; Andrea.Duerager@sbg.ac.at http://www.bmukk.gv.at/medienpool/17370/eukidsonlineabschlussbericht.pdf
Bélgica	Leen d'Haenens Verónica Donoso Bieke Zaman	Joke Bauwens Nico Carpentier Katia Segers	Leen D'Haenens; Leen.DHaenens@soc.kuleuven.be http://www.vub.ac.be/SCOM/cemeso/eukidsonline.htm
Bulgaria	Jivka Marinova Maria Dimitrova Christina Haralanova	Maria Gencheva Diana Boteva	Jivka Marinova; gert@mbox.contact.bg http://www.gert.ngo-bg.org
Chipre	Yiannis Laouris Tatjana Taraszow	Elena Aristodemou	Yiannis Laouris; laouris@cni.org.cy http://www.cni.org.cy/
Dinamarca	Gitte Stald Jeppe Jensen		Gitte Stald; stald@itu.dk http://www1.itu.dk/sw5211.asp
Eslovénia	Bojana Lobe Alenka Zavbi		Bojana Lobe; bojana.lobe@fdv.uni-lj.si http://www.fdv.uni-lj.si/
Espanha	Carmelo Garitaonandia Maialen Garmendia	Gemma Martínez Fernández	Maialen Garmendia; maialen.garmendia@ehu.es http://www.ehu.es/eukidsonline
Estónia	Veronika Kalmus Pille Pruulmann- Vengerfeldt Pille Runnel	Andra Siibak Kadri Ugur Anda Zule-Lapima	Veronika Kalmus; Veronika.Kalmus@ut.ee http://www.jrnl.ut.ee/ and http://eukidsonline.ut.ee/
França	Benoit Lelong Cédric Fluckiger		Cédric Fluckiger; cedric.fluckiger@univ-lille3.fr http://www.univ-lille3.fr/fr/universite/composantes-formation/sciences-education/
Grécia	Liza Tsaliki Despina Chronaki		Liza Tsaliki; etsaliki@media.uoa.gr http://greekidsonline.blogspot.com/
Holanda	Jos de Haan Patti M. Valkenburg	Marion Duimel Linda Adrichem	Jos de Haan; j.de.haan@scp.nl http://www.scp.nl/english/
Irlanda	Brian O'Neill Helen McQuillan	Simon Grehan	Brian O'Neill; brian.oneill@dit.ie http://www.dit.ie
Islândia	Thorbjörn Broddason Kjartan Ólafsson	Gudberg Jónsson	Thorbjörn Broddason; tbrodd@hi.is http://www.hi.is/
Itália	Fausto Colombo Giovanna Mascheroni Maria Francesca Murru	Barbara Scifo Piermarco Aroldi	Giovanna Mascheroni; giovanna.mascheroni@unicatt.it http://www.osservatoriosullacomunicazione.com/
Noruega	Elisabeth Staksrud Petter Bae Brandtzæg	Thomas Wold Ingunn Hagen	Elisabeth Staksrud; elisabeth.staksrud@media.uio.no http://www.media.uio.no/english/
Polónia	Wieslaw Godzic Lucyna Kirwil	Barbara Giza Tomasz Łysakowski	Barbara Giza; barbara.giza@swps.edu.pl http://www.swps.edu.pl/new_www/english/
Portugal	Cristina Ponte Cátia Candeias José Alberto Simões Nelson Vieira Daniel Cardoso	Ana Jorge Tomas Patrocinio Sofia Viseu Ema Sofia Leitão	Cristina Ponte; cristina.ponte@fcsh.unl.pt http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline
Reino Unido	Sonia Livingstone Leslie Haddon	Panayiota Tsatsou Ranjana Das	Leslie Haddon; leshaddon@aol.com www.eukidsonline.net
República Checa	Vaclav Stetka		Václav Štětka; stetka@fss.muni.cz http://www.muni.cz/fss
Suécia	Cecilia von Feilitzen Elza Dunkels		Cecilia von Feilitzen; cecilia.von.feilitzen@sh.se http://www.nordicom.gu.se/clearinghouse